

Unidade Monetária Solidária Mundial*

Euclides André Mance
IFIL - Instituto de Filosofia da Libertação
Brasília, outubro de 2007

Introdução

Apresentamos neste texto uma proposta metodológica para a definição do valor de base de uma Unidade Monetária Solidária Mundial (UMS), possibilitando a conversão de valores entre quaisquer moedas sociais locais e moedas nacionais do conjunto dos países e vice-versa. Na [tabela em anexo](#) apresentamos os dados dessa conversão para 114 países, para os quais conseguimos obter os diversos indicadores requeridos para tal conversão. Em razão das fontes de dados serem diversas e muitas vezes desatualizadas, caberia uma revisão do conjunto dos dados. O fundamental, entretanto, para esse texto, é o debate sobre a metodologia proposta para a definição do valor de base da Unidade Monetária Solidária Mundial, razão pela qual compartilhamos essa pesquisa no estado atual em que se encontra.

Recolocando o Problema

No FSM de 2004, realizado em Porto Alegre, participei de uma mesa em que debatíamos a possibilidade e a importância de gerarmos um padrão monetário solidário mundial, que tinha por finalidade servir de referência para a conversibilidade entre as milhares de moedas sociais que são usadas nos diversos países, nos vários continentes, tendo em vista solucionar algumas dificuldades que se colocavam para difusão do comércio justo internacional utilizando-se moedas sociais criadas por comunidades locais e lastreadas na sua capacidade de produzir e compartilhar solidariamente as riquezas geradas.

Isso era condição necessária para efetivarmos um primeiro experimento de comércio solidário internacional, utilizando-se um sistema de intercâmbio com *smart cards* que permitiria, a grupos de

* Apresentado no "Seminário Economia, Sociedade e Política: A Construção de Alternativa". Organizado por: Instituto Rosa Luxemburgo, Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas e Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. Buenos Aires, Argentina: 3 a 5 de Dezembro de 2007.

trocas com moedas sociais de diferentes países, intercambiarem produtos e serviços efetuando pagamentos através da Internet, com os créditos sendo transferidos diretamente do *cartão inteligente* de um usuário em um país ao cartão do usuário em outro país. Cabia às comunidades locais gerarem os créditos, isto é, criar as moedas. Mas para que os intercâmbios pudessem ser feitos internacionalmente era necessário estabelecer-se uma referencia mundial para a conversibilidade desses créditos entre si. Daí a necessidade do estabelecimento dessa unidade monetária solidária mundial.

Essa tecnologia de transações avançou por dois caminhos, havendo hoje sistemas seguros que podem operar com ou sem os cartões inteligentes. Em alguns casos, é preferível a adoção do sistema com cartões. Em outros casos, o sistema sem o uso de cartões é o recomendável. A integração dos dois sistemas parece ser a solução ideal que se avizinha. Experiências com o emprego de ambas as tecnologias, feitas respectivamente no México e no Brasil, comprovam que as bases tecnológicas estão suficientemente desenvolvidas para a progressiva difusão internacional desses sistemas.

Todavia, o problema teórico-prático do estabelecimento do padrão solidário monetário mundial ainda não encontrou a melhor solução. Nos últimos anos tenho refletido sobre esse problema e dialogado com pessoas bastante enfronhadas no assunto (isto é, que dormem pensando nele e que quando acordam parecem ter avançado um pouco na reflexão). Recapitulando os problemas relacionados ao estabelecimento da UMS nesses diálogos, parece que me enfronhei um pouco mais no caminho também.

Naquele FSM pensávamos em estabelecer uma cesta básica, com um determinado conjunto de produtos relacionados à satisfação de um certo conjunto de necessidades (alimentação, vestuário, higiene, limpeza, educação, cultura, etc.) como referência para quantificar-se a unidade solidária de valor. Embora em cada país os itens fossem diferentes (o cardápio alimentar no Brasil não é o mesmo que no México, Japão ou Alemanha, por exemplo) uma mesma quantidade de valor econômico em moedas sociais deveria ser suficiente para satisfazer um mesmo volume de necessidade social em qualquer país. Assim, tomando-se essa cesta por referência, teríamos um parâmetro para a conversão das moedas.

Alguns, entretanto, se preocupavam com a dimensão qualitativa das trocas e não apenas com a objetividade quantificável de uma cesta de produtos e serviços. Nessa perspectiva falava-se, por exemplo, que a referência para o estabelecimento de parâmetros poderia ser uma jornada de hospitalidade. Uma jornada de hospitalidade em qualquer lugar de qualquer país teria o mesmo valor, independentemente do quanto essa jornada implicasse em relação ao valor objetivo universal de uma cesta de produtos ou serviços, uma vez que as qualidades humanas integrais do acolhimento solidário de uma pessoa em uma comunidade e a qualidade eco-solidária dos produtos e serviços disponibilizados nesse acolhimento guardam um valor relacional qualitativo, que não pode se comensurar em moedas.

No primeiro caso, o problema estava em estabelecer a cesta, pois um mesmo conjunto de necessidades pode ser satisfeito com produtos de qualidades diversas e, simplesmente, adotar os preços de mercado para definir um parâmetro básico de satisfação de necessidades levaria a adotar-se indiretamente os parâmetros do mercado, hegemonicamente capitalista, como referência para a definição do valor do padrão solidário. Por outra parte, realizar a comparação qualitativa de produto a produto (respeitando-se a diversidade culturais de todos os assentamentos humanos no mundo) seria impraticável. No segundo caso, se estabelecêssemos a jornada de hospitalidade como referência, uma jornada em uma comunidade indígena teria o mesmo valor de uma jornada de hospitalidade em uma megalópole. Estabelecendo-se comparativamente os valores dos itens envolvidos em ambas as jornadas, chegaríamos a uma avaliação bastante majorada dos preços dos produtos da comunidade indígena, dificultando-se assim a sua própria comercialização com as moedas sociais no interior da rede colaborativa.

Uma possibilidade de Solução

Ora se o que buscamos é a definição de um parâmetro de intercâmbio internacional, que seja justo frente ao poder de compra das moedas locais nos espaços locais e frente à quantidade de valor econômico disponível para cada um dos participantes de qualquer país, e em relação aos intercâmbios internacionais operados com os demais, poderíamos nos voltar ao princípio que afirma: de cada um conforme as suas possibilidades e a cada um conforme as suas necessidades. Mas como esse princípio poderia operar na solução desse problema?

A possibilidade de satisfação econômica básica de uma sociedade está, de certo modo, relacionada ao conjunto de recursos transformados e/ou produzidos disponíveis a serem convertidos em mediação da satisfação do conjunto das necessidades de sua população, inclusive da ampliação da própria capacidade de produzir-se sustentavelmente nesta mesma sociedade. Não há uma forma precisa de quantificar-se esse volume de riqueza produzido socialmente. O indicador mais próximo disso é o PIB. Não vou aqui problematizar as limitações desse indicador como já fiz em “Fome Zero e Economia Solidária”¹ – basta dizer que ele não capta toda a magnitude da produção para a auto-satisfação de necessidades sociais (seja de uma horta comunitária ou de um software livre), não capta grande parte da produção da economia informal e que, por outro lado, capta como produção de “riqueza” toda a fabricação de armas ou agrotóxicos usados respectivamente para matar pessoas em guerras ou que destróem ecossistemas.

Os problemas de utilizar-se a magnitude do PIB para comparar-se a magnitude das economias nacionais são ainda aumentados quando se converte as moedas nacionais em relação a um padrão internacional, normalmente expresso em dólares. Ocorre que tanto a balança comercial quanto o fluxo de capital financeiro nos diversos países leva a distorções do câmbio. E assim, quando se converte os dólares em moeda nacional ou a moeda nacional em dólares, tem-se desequilíbrios no que se pode efetivamente comprar com essas moedas. Frente a esse problema, de como comparar efetivamente a magnitude da produção econômica dos diversos países, a ONU promoveu esforços para gerar-se uma metodologia que permitisse estabelecer o PIB considerando-se a Paridade do Poder de Compra real das moedas, quando convertidas em dólar. O PIB brasileiro de 2005, em dólares, posiciona o país como a 12ª maior economia do mundo. Mas quando se ajusta os dólares, pelo que efetivamente eles podem comprar no Brasil frente aos demais países, o Brasil sobe para a 10ª maior economia do mundo.

Ora, se convertêssemos o valor das moedas sociais em cada lugar em moedas nacionais e depois ajustássemos esse valor pela Paridade do

¹ MANCE, E. A. *Fome Zero e Economia Solidária – O Desenvolvimento Sustentável e a Transformação Estrutural do Brasil*. Curitiba, IFIL, 2004.

Poder de Compra em relação à moeda de outro país, a ser convertida posteriormente na moeda social daquela comunidade, encontraríamos uma maneira bastante aproximada de realizar uma conversão entre as moedas sociais dos diferentes países. Mas isso implicaria também em vários outros problemas além dos já elencados. O primeiro é que a disparidade do poder de compra da moeda nacional também existe no interior do mesmo país, em suas diferentes regiões. O volume de bens e serviços, com potencialidade semelhante nas satisfações de certas necessidades sociais, que se pode pagar em Brasília com R\$ 100,00 é muito inferior ao que se pode obter em um município do interior de São Paulo, por exemplo. Em outras palavras, os mesmos R\$ 100,00 compram quantidades diferentes de produtos e serviços similares, dependendo do custo de vida de cada município. Em segundo lugar, mesmo que se estabeleça um parâmetro metodológico perfeito para que, com um mesmo volume de unidade monetária mundial, se comprasse a mesma quantidade de produtos e serviços de qualidade similar nos diversos países, teríamos ainda o problema de que a riqueza apropriada socialmente em um país não é idêntica à apropriada socialmente em outro país e que, portanto, a posição de compra dos cidadãos de um país frente ao conjunto de ofertas do conjunto dos países é diferente da posição de compra dos cidadãos de outro país em relação a esse mesmo conjunto. Assim, se produtos similares custam \$ 1 crédito solidário em qualquer país, mas os trabalhadores de um país recebem em média \$ 1.000 mensais e os de outro país recebem \$ 500, pelo mesmo tipo e tempo de trabalho (com qualidade similares), há uma disparidade muito grande do preço do produto frente ao orçamento de cada pessoa. O que afeta as possibilidades de compra de cada um.

Como poderíamos então avançar em um melhor indicador? Recorrendo aos dados disponíveis que temos, poderíamos calcular o PIB per capita de cada país em PPC (Paridade de Poder de Compra). Nesse caso, o Brasil estaria em 45º lugar entre aos demais países. Considerando-se que a finalidade do comércio internacional deve ser a de promover, de maneira mais equilibrada possível, o desenvolvimento sustentável de todos os países e povos, e que o sistema de intercâmbio solidário com moedas sociais prima para que o saldo das balanças de pagamentos de cada país em relação aos demais seja equilibrado, poderíamos calcular a média mundial do PIB_PPC per capita e, desde aí, estabelecer um câmbio mais favorável aos países com PIB_PPC per capita inferior, ampliando sua potencialidade

no intercâmbio internacional frente aos países com PIB_PPC per capita superior à média mundial.

Essa solução, entretanto, ainda pode ser aprimorada. Ocorre que o PIB per capita de um país é igualmente um valor formal que não corresponde efetivamente ao que cada cidadão se apropria da riqueza socialmente produzida naquele país. Em outras palavras, as taxas de concentração de renda em cada país resultam de um quadro diverso no resultado do conflito de interesses na apropriação da riqueza produzida no interior do país. Assim, se aplicarmos ao PIB_PPC per capita o coeficiente de GINI² de concentração de renda, temos um novo panorama dos países que mais deveriam ser favorecidos com o ajuste do câmbio das moedas sociais. Os de pior posição deveriam ser os mais favorecidos. No ranking total, o Brasil aparece em 61º lugar. Com efeito, não fossem as políticas recentes de transferência de renda cerca de 11,2 milhões de famílias estariam passando fome no país, o que perfazia cerca de 50 milhões de pessoas no ano de 2000, para uma população total do país de cerca de 170 milhões de habitantes.

Em princípio isso parece paradoxal. Afinal, por que se deveria favorecer a esses países no intercâmbio internacional solidário, se neles é onde se registra a maior concentração de renda? Justamente porque esse intercâmbio internacional solidário tende a promover a desconcentração de renda nesses países e internacionalmente. Explico.

Dependendo da metodologia que se adote para as transações solidárias (que integre simultaneamente aquisições solidárias, microfinanças e intercâmbio com moeda social), qualquer pessoa pode utilizar-se da moeda social simplesmente para comprar produtos e serviços. A pessoa não é obrigada a vender produtos ou serviços com moeda social. Assim, no conjunto dos participantes, têm-se aqueles que compram e vendem e aqueles que somente compram, utilizando, na

² “O coeficiente Gini, inventado pelo estatístico italiano Corrado Gini, é um número entre zero e um que mede o grau de desigualdade na distribuição de renda em uma determinada sociedade. O coeficiente registraria zero (0.0=desigualdade mínima) para uma sociedade em que cada membro recebesse exatamente a mesma renda, registrando, por outro lado um coeficiente de um (1.0=desigualdade máxima) se um membro recebesse toda a renda e todos os demais não recebessem nenhuma”. *Revista @local.glob* Número 1, 2005, p. 31

compra, os rendimentos mensais que obtêm com o trabalho remunerado em moeda nacional, convertido em moeda social sob uma estratégia de microfinanças, em que tais moedas nacionais são poupadas no interior da rede (em um Fundo Solidário) em igual valor aos créditos solidários por ela gerados – como se a moeda nacional fosse uma mercadoria como outra qualquer à disposição da rede colaborativa, a ser usada para determinadas necessidades da rede como tal. Tais recursos do Fundo Solidário somente podem ser sacados e usados eliminando-se da rede colaborativa o valor correspondente em créditos solidários, mantendo-se assim a sustentabilidade do sistema. Os princípios gerais dessa integração estão analisados no “Anexo 3” de “Redes de Colaboração Solidária”³.

Ora, nos países de maior concentração de renda e de menor PIB_PPC per capita, existe, teoricamente, maiores níveis de pobreza e exclusão social. Fortalecer as iniciativas de economia solidária nesses países faz parte da estratégia de construção de uma globalização solidária, contribuindo para diminuir-se as disparidades de renda entre as classes sociais no interior dos países e entre os próprios países. Mas como essa desconcentração de renda é gerada no interior do país?

Na medida em que o nível equilibrado de vendas e compras locais e internacionais dos empreendimentos de economia solidária e consumidores solidários se amplie, amplia-se a produção de riqueza no país, mesmo que o saldo final dos intercâmbios internacionais seja zero. Por outra parte a facilitação de acesso a produtos e serviços de outros países atrai o interesse de setores que dispõem de maiores recursos para a sua aquisição. Todavia, como há o compromisso no sistema de que os intercâmbios sejam equilibrados, o recurso que sai do país em razão das compras feitas de produtos e serviços *no* exterior retorna ao país pelas compras feitas *do* exterior dos produtos e serviços nacionais, havendo um equilíbrio nas transações. Desse modo, o dinheiro que saiu do país como moeda social (com a compra de produtos e serviços externos) a ele retorna como moeda social (pela equivalente venda internacional de outros produtos e serviços). Com isso, tem-se o efeito redistributivo interno (seja pelas compras locais ou internacionais) e externo (assegurando-se que o comércio internacional amplie os níveis da produção local da economia solidária

³ MANCINI, E. A. *Redes de Colaboração Solidária – Aspectos Econômicos e Filosóficos: Complexidade e Libertação*. Petrópolis, Ed. Vozes, 2002.

nos países como menor PIB_PPC per capita e de maior concentração de renda).

Pode-se formalizar o procedimento de conversões do seguinte modo:

$$FC = \text{PIB_PPPC} / \text{PIB_NOMC}$$

$$\text{PCD} = \text{PIB_PPPC} * (1 - \text{GINI})$$

$$\text{INDICE_PCD} = \{(\text{PIB_PPPC} / \text{teto}) - [(\text{PIB_PPPC} / \text{teto}) * \text{GINI}]\};$$

$$\text{UMS} = \text{INDICE_PCD} + 3$$

$$\text{USD_MS} = \text{UMS} / \$\text{USD}$$

$$\text{ML_MS} = \text{USD_MS} * \text{TC}$$

Onde:

FC	= Fator de Conversão de Paridade de Poder de Compra
PIB_NOMC	= PIB Nominal (em Dólar) per Capita
PIB_PPPC	= PIB em Paridade de Poder de Compra (em Dólar) per Capita
GINI	= Índice de Concentração de Renda no país
PCD	= Poder de Compra Distribuído em Dólar por Paridade de Poder de Compra
INDICE_PCD	= Índice Nacional de Poder de Compra Distribuído em Paridade de Poder de Compra
Teto	= Maior valor apurado do PIB_PPPC em um conjunto de países
UMS	= Valor de uma Unidade Monetária Solidária Mundial em cada país
USD_MS	= O valor de uma unidade solidária em dólar em cada país
ML_MS	= O valor de uma unidade solidária na moeda corrente do país
TC	= Taxa de cambio entre USD e moeda corrente do país

Para o cálculo do “Índice Nacional do Poder de Compra Distribuído em Paridade de Poder de Compra” montamos uma equação cujo resultado sempre retorna em valores que vão de 0 (zero) a 1 (um). O resultado apresenta o conjunto dos países considerando o seu parâmetro geral de poder de compra distribuído. O valor do PIB_PPPC do país-teto é tomado como valor 1 (em 2004, foi o de Luxemburgo, com USD 63.609, computados em paridade de poder de compra). Os demais países são posicionados proporcionalmente em

relação ao país teto. Sobre o resultado desse índice aplicamos o coeficiente de Gini. E assim chegamos ao Índice Nacional do Poder de Compra Distribuído em Paridade de Poder de Compra.

Até aqui está a parte técnica dos elementos necessários para a definição desse parâmetro. O estabelecimento do valor da UMS, entretanto, implica em um acordo político a partir dessas bases entre os atores que vão usar a moeda, pois a definição do valor justo é um problema ético. Fazendo uma proposta inicial para a definição do valor da unidade monetária solidária, considerando o ajustamento dos intercâmbios internacionais em nosso atual campo de possibilidades, podemos tomar esse índice para ajustar, por exemplo, em até 25% o valor de paridade. Creio que esse parâmetro é plausível para o início do debate acerca do melhor ajustamento. Daí porque estabeleci que $UMS = \text{INDICE_PCD} + 3$. Como o Índice_PCD oscila entre 0 e 1, o parâmetro mínimo da UMS é 3 e o parâmetro máximo é 4. Esses parâmetros, superior e inferior, somente seriam alcançados se o país-teto tivesse um índice de Gini igual a zero e o país mais pobre tivesse um índice de Gini igual a um.

Uma vez estabelecido o valor da UMS em cada país, pode-se proceder a sua definição em USD através de $USD_MS = UMS / \$USD$, bem como estabelecer o seu valor em moeda local através de $ML_MS = USD_MS * TC$.

Com base nesses parâmetros organizei um programa que possibilita realizar a conversão de créditos solidários em moedas nacionais e vice-versa para o conjunto dos países, dos quais encontramos os indicadores requeridos nas bases de dados do UNDP, FMI e Banco Mundial.

O sistema de conversão pode ser acessado em:

<http://www.solidarius.com.br/creditos/conversor.php>

Os dados utilizados estão disponíveis em:

http://www.solidarius.com.br/creditos/conversor.php?acao=exibir_tabela

Conclusão

Evidentemente, essa solução não é cabalmente satisfatória, por todos os problemas que já elencamos no início desse texto e por muitos outros que ela contenha. Particularmente, porque, no dia da conversão,

deverá ser utilizada a média da taxa de câmbio (para compra e para venda) do dólar comercial em moeda nacional, como modo de chegar ao valor equivalente do dólar em moedas nacionais, sobre o qual será aplicado o fator de conversão chegando-se ao valor (em moeda local) da unidade monetária solidária mundial – isso porque todos os indicadores do UNDP, de que necessitamos, estão em dólar. Mas dada a situação concreta, em que nossa experiência prática nos exigiu encontrar as referências mais adequadas para o estabelecimento dessa unidade solidária monetária mundial, chegamos a esse resultado – que até agora parece ser o menos ruim. Isto é, podemos efetivamente operar com ele no contexto histórico atual de transição das economias não-solidárias para economias solidárias. Não se trata de um parâmetro ideal de um mundo inexistente, mas de um parâmetro que possibilita avançar na transformação do mundo real efetivando transações econômicas mais justas e solidárias.

Mas talvez essa solução não seja tão frágil como pode parecer à primeira vista, pois nessa perspectiva, se os fluxos econômicos em rede colaborativa, com esse sistema de intercâmbio, crescessem ao ponto de rivalizar com os fluxos econômicos de mercado, haveria uma desconcentração de renda nacional nos diversos países, chegando-se a uma maior equalização internacional do ICRN (Índice de Concentração de Renda Nacional) – o que significa que o PIB per capita, medido em paridade de poder de compra, ajustado pela taxa de concentração de renda, seria mais próximo em todos os países. Isso ocorre porque, na medida em que se eleva o PIB nacional com base na distribuição de riqueza operada pela Economia Solidária, altera-se os fatores de conversão que dão privilégios a esses países nas taxas de conversão da moeda solidária para o comércio justo internacional, até o ponto que esse crescimento distributivo do comércio solidário nacional e internacional leve a uma redução quase completa na diferenciação dessas taxas. Por outra parte, se as transações solidárias equilibradas de importação e exportação se ampliam, atendendo a um volume cada vez maior de necessidades sociais nos respectivos países, tende a diminuir o volume de transações desequilibradas e não solidárias de importação e exportação, o que diminuiria as pressões internacionais sobre a taxa de câmbio em cada país.

De qualquer modo, se as ferramentas de tecnologia da informação já disponíveis para suportar esses sistemas de intercâmbio solidário tiverem um padrão comum para a UMS (como o que apresentamos

nesse texto, por exemplo) e ganharem rápida difusão entre os que passam a praticar a economia solidária em estratégias de redes colaborativas internacionais e locais, teremos a expansão de um movimento emancipatório econômico global sem precedentes na história mundial, na igual medida em que os Fundos de Desenvolvimento Solidário Nacionais recebam os aportes em moedas nacionais correspondentes aos créditos solidários gerados nos sistemas de intercâmbio – possibilitando financiar-se, com esses recursos, projetos de desenvolvimento sustentáveis eco-solidários em qualquer país, respeitando-se o equilíbrio sustentável do próprio sistema de intercâmbios e de financiamento solidário. É com essa esperança que a cada dia vamos assentando e reposicionando novos tijolos na construção desse novo mundo possível; vamo-nos enfronhando com a economia solidária, sonhando com um mundo melhor para todos e construindo, efetivamente, as melhores soluções que, juntos, encontramos nas vigílias de cada dia em favor da libertação de todos.